

# Apresentação

---

Agrupamos, neste volume, três números da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* que correspondem ao ano de 2002, dando continuidade ao esforço do novo Comitê Editorial para a restauração de sua periodicidade.

Este número triplo contém significativos estudos, revelando que o esforço do atual comitê em estimular pesquisadores atuantes da área de educação a retomarem sua colaboração com a revista já começa a mostrar resultados. Na seção "Estudos", quatro artigos ocupam-se de temas relevantes de política educacional, os dois primeiros focalizando a atualidade brasileira e os dois seguintes discutindo aspectos das reformas educacionais recentes numa perspectiva comparada.

O texto de Paulo Sena sobre a vinculação de recursos destinados à educação toca em tema estratégico para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis. Mostra a trajetória histórica da adoção dessa medida nas Constituições nacionais, seus avanços e retrocessos, articulando essa análise com a situação atual, quando as resistências e pressões para mudanças nessa definição legal voltam a se manifestar. Como outros autores antes dele, Sena demonstra a importância da vinculação para a garantia de recursos para o financiamento da educação pública, sem a qual nem mesmo os relativos progressos obtidos na democratização do ensino entre nós teriam ocorrido.

Examinando a evolução das matrículas no ensino fundamental regular, no período de 1997 a 2002, Nicholas Davies aborda outra questão também estratégica, qual seja: a universalização da escola obrigatória no País. Para isso, confronta os dados estatísticos oficiais com as metas do programa "Toda Criança na Escola", desenvolvido durante o governo federal anterior. O autor mostra como foi obtido o crescimento de matrículas registrado no período, em parte devido à transferência de alunos de outras modalidades de atendimento para o ensino fundamental regular, financiado por verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), implantado em 1998. O texto discute, também, a intensificação do processo de municipalização desse nível de ensino, estimulado pelo tipo de reforma educacional adotado na década passada.

Maria Sylvia Simões Bueno analisa as tendências comuns presentes nas propostas para o ensino técnico-profissional defendidas por reformas educacionais contemporâneas em dois países, Brasil e Portugal. A autora discute como, de um lado, estão presentes concepções originadas do ideário de organismos internacionais – Unesco, União Européia e Bird – e, de outro, características históricas e culturais desses dois países, contraditórias em relação a muitos dos objetivos das reformas, como, por exemplo, o paternalismo do Estado e o preconceito contra o trabalho manual. O texto indica, também, o potencial de cooperação aberto por algumas experiências interessantes, o que aponta para novas possibilidades de reflexão.

Ainda refletindo sobre aspectos das reformas educacionais neoliberais implantadas nas últimas décadas em âmbito internacional, Nelly Stromquist examina como se posicionaram, e que efeito tiveram, as mudanças ocorridas nos países da América Latina sobre as relações de gênero. Ressaltando principalmente o ensino superior, o artigo procura examinar as contradições entre o processo de globalização e o impacto social das mudanças propostas no contexto dessas reformas, na perspectiva da igualdade dos gêneros.

Os dois textos que completam a seção "Estudos" são bem diferentes entre si. Um, de natureza teórica, de autoria de Martha D'Angelo, analisa o conceito de pós-modernidade, destacando os aspectos que interessam mais de perto ao debate educacional. O outro se debruça sobre a utilização de casos de ensino, como recurso pedagógico, em programas

de formação inicial de professores das primeiras séries do ensino fundamental e da educação infantil. Este trabalho, de Nono e Mizukami, apóia-se em pesquisa-intervenção de natureza qualitativa, a qual revelou o potencial da utilização desses casos de ensino para os cursos de formação docente.

As seções seguintes, "Avaliação" e "Estatística", apresentam, respectivamente, dados sobre a realidade dos professores e sobre os exames vestibulares de ingresso ao ensino superior no País.

O diagnóstico sobre os professores, já disponível em publicação avulsa do Inep, de outubro de 2003, contém informações preciosas, úteis a todos os que se interessam em discutir e refletir sobre a situação dos professores brasileiros. Inclui tabelas, gráficos e análises, com dados a respeito da escolaridade e da formação dos professores, desde a educação infantil até o curso superior, destacando aqueles que trabalham na zona rural; sua remuneração e condições de trabalho; sua composição de gênero; o mercado de trabalho e os cursos de formação. Os dados mostram a evolução do grau de formação docente no período de 1991 a 2002, revelando o relativo progresso obtido nesse campo, mas deixando nítidas as grandes diferenças regionais e o muito que ainda resta por fazer nesse aspecto.

As estatísticas sobre o vestibular são importantes, entre outras razões, como subsídio à atual discussão a respeito da democratização do acesso ao ensino superior, agora temperada pelas reivindicações de setores sociais que procuram superar sua situação de exclusão e desigualdade, reivindicando ações afirmativas nesse campo.

Os Centros – Brasileiro e Regionais – de Pesquisas Educacionais do Inep, na década de 50, são o objeto do texto reeditado em "Segunda Edição". Relembra-se, assim, uma importante área de atuação do Inep nesse período, fundamental, segundo muitos analistas, para impulsionar a pesquisa educacional no Brasil. O autor analisa as atividades e o ideário de dois desses centros (o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Rio de Janeiro e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo) no contexto da ideologia desenvolvimentista da época.

Como sempre, a revista inclui uma seção preparada pelo Centro de Informações e Biblioteca em Educação (Cibec), apresentando neste número a "Declaração de Tarija", aprovada na XIII Conferência Ibero-Americana de Educação, realizada em 4 e 5 de setembro de 2003, na Bolívia, assim como as seções de teses e dissertações defendidas no período e de publicações da área recebidas para divulgação entre os leitores da revista.

Esta apresentação não poderia deixar de comentar uma notícia que entristeceu a todos que militam na área educacional: o falecimento, no início de 2004, do professor José Mário Pires Azanha, recentemente aposentado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Sua inteligência aguda sempre esteve voltada para a defesa intransigente da escola pública, destemida e, por vezes, até mordaz, na tarefa de criticar as tentativas de resistência à sua real democratização. Mestre admirado, querido, e algumas vezes temido, por muitos de nós, Azanha deixa este mundo em um momento em que espíritos racionais e inquiridores, como o seu, fazem cada vez mais falta.

Finalmente, agradecemos, no final da publicação, a todos os que dedicaram parte de seu tempo e de sua competência no exame dos artigos enviados para publicação na *RBEP* em números anteriores, fazendo votos para que o resultado de seu trabalho, expresso no conteúdo desses números, os recompense.

*Maria Malta Campos*  
Coordenadora do Comitê Editorial